INDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado
1.1 Considerações iniciais
1.2 Conceito
1.3 Objeto
1.4 Normas de DIPr na Constituição Federal de 1988
1.5 Direitos adquiridos
1.6 Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público
1.7 Direito Internacional Privado e Direito Comparado
Resumo
Questões propostas

Capítulo II – Esboço Histórico do Direito Internacional Privado
2.1 Considerações iniciais
2.2 Grécia
2.3 Roma
2.4 Feudalismo
2.5 Glosadores e escolas estatutárias
2.6 Codificação
2.7 Doutrinas modernas
Resumo
Questões propostas

Capítulo III – Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil
3.1 Considerações iniciais
3.2 Denominação
3.3 Autonomia do DIPr
3.4 Método
3.5 Direito Internacional Privado no Brasil
3.5.1 Primeiros tempos
3.5.2 Augusto Teixeira de Freitas
3.5.3 José Antônio Pimenta Bueno
3.5.4 Notáveis tratadistas
3.5.5Atualidade do DIPr brasileiro
3.6 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo IV – Fontes do Direito Internacional Privado
4.1 Considerações iniciais
4.2 Lei
4.3 Tratados
4.4 Doutrina
4.5 Jurisprudência
4.6 Costumes
Resumo
Questões propostas

Capítulo V – Teoria das Qualificações
5.1 Considerações iniciais
5.2 Teorias existentes
5.3 Qualificações no Brasil
5.4 Casos clássicos

5.5 Questões prévias
Resumo
Questões propostas

Capítulo VI – Elementos de Conexão
6.1 Considerações iniciais
6.2 Classes de elementos de conexão
6.3 Conexões pessoais
6.3.1 Domicílio
6.3.2 Nacionalidade
6.3.3 Residência habitual
6.4 Conexões reais
6.4.1 *Lex rei sitae*
6.5 Conexões voluntárias
6.5.1 Autonomia da vontade
Resumo
Questões propostas

Capítulo VII – Aplicação, Prova e Interpretação do Direito Estrangeiro
7.1 Considerações iniciais
7.2 Aplicação direta da lei estrangeira
7.3 Retorno
7.3.1 Caso Forgo
7.4 Limites à aplicação da lei estrangeira
7.4.1 Ordem pública
7.4.2 Fraude à lei
7.4.3 *Favor negotii*
7.4.4 *Prélèvement*
7.4.5 Instituições desconhecidas
7.4.6 Instituições abomináveis
Resumo
Questões propostas

Capítulo VIII – Competência e Cooperação Jurídica Internacionais
8.1 Considerações iniciais
8.2 Conceito e objeto
8.3 Princípios e fontes do DPCI
8.4 Competência internacional na legislação brasileira
8.5 Imunidade de jurisdição
8.5.1 Imunidade absoluta
8.5.2 Imunidade relativa
8.6 Jurisprudência brasileira
8.7 Cooperação Jurídica Internacional
8.8 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo IX – Homologação de Sentença Estrangeira
9.1 Considerações iniciais
9.2 Fundamentos
9.3 Documentos estrangeiros: cartas rogatórias
9.4 Sentenças estrangeiras homologáveis
9.4.1 Conceituação
9.4.2 Decisões passíveis de homologação
9.4.3 Sistemas de homologação
9.4.4 Delibação
9.4.5 Órgãos homologadores, pressupostos e rito na Justiça brasileira
9.4.6 Sentença homologanda *versus* lide na Justiça brasileira

9.5 Convenção da ONU sobre prestação de alimentos no estrangeiro
9.6 Legislação brasileira
9.7 Jurisprudência brasileira
9.8 Adesão do Brasil à Convenção de Apostila, de Haia, 1961
9.9 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo X – Nacionalidade
10.1 Considerações iniciais
10.2 Interdisciplinaridade
10.3 Nacionalidade originária
10.3.1 *Jus sanguinis*
10.3.2 *Jus soli*
10.4 Nacionalidade secundária ou naturalização
10.5 Conflitos de nacionalidade
10.5.1 Plurinacionalidade
10.5.2 Anacionalidade
10.6 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro
10.7 Perda da nacionalidade
10.7.1 Caso Claudia Hoerig
Resumo
Questões propostas

Capítulo XI – Condição Jurídica do Estrangeiro
11.1 Considerações iniciais
11.2 Ingresso e permanência
11.2.1 Passaporte
11.2.2 Visto
11.3 Afastamento compulsório
11.3.1 Institutos em desuso
11.3.2 Expulsão
11.3.3 Deportação
11.3.4 Diferenças entre expulsão e deportação
11.3.5 Extradição: conceito e classificação
11.3.6 Extradição de nacionais
11.3.7 Requisitos e limites da extradição
11.3.8 Caso Pinochet
11.3.9 Extradição na ordem jurídica brasileira
11.3.10 Tratados de extradição firmados pelo Brasil
11.3.11 Diferenças dos demais institutos
11.4 Jurisprudência brasileira
11.5 Projeto de nova Lei de Migrações (PL n. 2.516/2015)
Resumo
Questões propostas

Capítulo XII – Pessoas no Direito Internacional Privado
12.1 Considerações iniciais
12.2 Personalidade
12.2.1 Começo da personalidade
12.2.2 Término da personalidade
12.3 Comoriência
12.4 Ausência
12.5 Poder familiar
12.6 Tutela
12.7 Curatela
12.8 Ação de alimentos
Resumo

Questões propostas

Capítulo XIII – Direito de Família e Direito Internacional Privado
13.1 Direito de Família
13.2 Casamento e conflito de leis no espaço
13.3 Normas brasileiras sobre casamento
13.3.1 Capacidade
13.3.2 Impedimentos e formalidades
13.3.3 Casamento por procuração
13.3.4 Casamento no consulado
13.3.5 Nulidade do casamento
13.3.6 Regime de bens
13.4 Divórcio
13.5 Casamento entre pessoas do mesmo sexo
13.6 Jurisprudência brasileira
Resumo
Questões propostas

Capítulo XIV – Adoção Internacional
14.1 Considerações iniciais
14.2 Conceituação
14.3 Importância e atualidade
14.4 Adoção como resgate de crianças sem assistência
14.5 Adoção internacional
14.6 Documentos sobre adoção internacional e a Convenção de 1993
14.7 Adoção no ordenamento jurídico brasileiro e a adesão à Convenção de 1993
14.8 Noções básicas sobre adoção
14.9 Brasil como país de origem do menor adotado
14.10 Organismos credenciados
14.11 Brasil como país de acolhida do menor adotado
14.12 Adoção internacional e nacionalidade
14.13 Caso João Herbert
14.14 Caso das meninas da Guiné-Bissau
14.15 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XV – Direito das Sucessões e Direito Internacional Privado
15.1 Considerações iniciais
15.2 Sucessão e conflito de leis no espaço
15.3 Elementos de conexão
15.4 Sucessão legítima
15.5 Sucessão testamentária
15.6 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XVI – Direito das Obrigações e Direito Internacional Privado
16.1 Considerações iniciais
16.2 Obrigações na esfera internacional
16.3 Autonomia da vontade
16.4 Novos elementos de conexão
16.5 Normas brasileiras
16.6 Adesão do Brasil à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - Convenção de Viena de 1980
Resumo
Questões propostas

Capítulo XVII – Direito do Consumidor e Direito Internacional Privado

17.1 Considerações iniciais
17.2 Consumidor no ordenamento jurídico brasileiro
17.3 Consumidor no DIPr
17.4 Proteção do consumidor nas Américas
17.4.1 Projeto de CIDIP de proteção do consumidor
17.5 Consumidor à luz da LINDB
17.5.1 Proposta de adequação da LINDB ao consumidor
17.6 Caso Panasonic
17.6.1 Ementa do caso
17.7 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XVIII – Direito Empresarial e Direito Internacional Privado
18.1 Considerações iniciais
18.2 Sociedade estrangeira e direito brasileiro
18.3 Sociedade binacional
18.4 Estabelecimento
18.5 Capacidade para exercer a atividade empresarial
18.6 Legislação brasileira e direito empresarial internacional
18.7 Falência e recuperação empresarial
18.8 Falência internacional
Resumo
Questões propostas

Capítulo XIX – Direito da Concorrência e Direito Internacional Privado
19.1 Considerações iniciais
19.2 Concorrência e Direito da Concorrência
19.3 Defesa da concorrência no Brasil
19.4 Abuso do poder econômico em um mercado relevante
19.5 Concorrência internacional: algumas reflexões
19.6 Concorrência no Mercosul e na União Europeia
19.7 Liberdades econômicas fundamentais
19.8 Normas de conflito presentes em legislações concorrenciais e de direito internacional privado
19.9 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XX – Direito das Coisas e Direito Internacional Privado
20.1 Considerações iniciais
20.2 Qualificação dos bens móveis e imóveis
20.3 Direito das coisas no ordenamento jurídico brasileiro
20.4 Direitos reais e conflito de leis no espaço
20.5 Referências especiais sobre alguns direitos reais
20.6 Regras de DIPr em outras ordens jurídicas
Resumo
Questões propostas

Capítulo XXI – Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado
21.1 Considerações iniciais
21.2 Propriedade intelectual
21.2.1 Histórico
21.2.2 Importância na atualidade
21.3 Propriedade intelectual no Brasil
21.3.1 Medicamentos
21.3.2 Caso Efavirenz
21.4 Organização Mundial da Propriedade Intelectual
21.5 Convenções internacionais

21.5.1 TRIPs
21.6 Direito Internacional Privado e Propriedade Intelectual
21.7 DIPr brasileiro da Propriedade Intelectual
21.8 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XXII – Direito do Trabalho e Direito Internacional Privado
22.1 Considerações iniciais
22.2 Direito Internacional Privado do Trabalho
22.3 Justiça competente
22.4 Contrato individual de trabalho e conflito interespacial
22.5 Emprego da *lex loci executionis* ou *lex loci laboris*
22.6 Mercosul e harmonização das normas trabalhistas entre os países
22.7 Casos de conflitos trabalhistas interespaciais
22.8 Ementas de lides interespaciais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XXIII – União Europeia
23.1 Globalização da economia e formação de blocos continentais
23.2 Processo de integração dos Estados europeus
23.3 Instituições da União Europeia
23.3.1 Conselho Europeu
23.3.2 Comissão
23.3.3 Conselho da União Europeia
23.3.4 Parlamento Europeu
23.3.5 Tribunal de Contas
23.3.6 Tribunal de Justiça da União Europeia
23.3.7 Comitê Econômico e Social
23.3.8 Comitê das Regiões
23.3.9 Banco Central Europeu
23.4 Ordenamento jurídico comunitário
23.5 Supranacionalidade na União Europeia
23.6 Cidadania europeia
23.7 Liberdades econômicas fundamentais
23.8 Europeização do Direito Internacional Privado
23.9 Considerações finais
Resumo
Questões propostas

Capítulo XXIV – Mercosul
24.1 Antecedentes históricos
24.2 ALALC e ALADI
24.3 Conceitos básicos
24.4 Mercado Comum do Sul – Mercosul
24.5 Tratado de Assunção
24.6 Protocolo de Ouro Preto
24.7 Relacionamento com o exterior
24.8 Período do sucesso
24.9 Crise do Mercosul
24.10 Venezuela como membro pleno
24.11 Solução de controvérsias no Mercosul
24.12 Fragilidade institucional
24.13 Direito processual civil internacional do Mercosul
24.14 Harmonização das regras materiais
24.15 Parlamento do Mercosul
24.16 Considerações finais

Resumo
Questões propostas

Bibliografia

Anexos

Acesso ao material complementar no *site* do Grupo GEN (http://grupogen.com.br)